

ESPECIALIDADE

41) O 2º Ten QOEASUP GUERRERO, Chefe do Armazém de Utilizáveis do efetivo do PAMA-DC (Parque de Material Aeronáutico de Duque de Caxias), tem como algumas de suas diversas atribuições receber, estocar, controlar e distribuir filmes virgens para apoiar as Unidades de Reconhecimento da Força Aérea Brasileira. Esse tipo de material possui algumas peculiaridades quanto ao seu armazenamento e tal atividade é acompanhada rotineiramente pelo citado Oficial e sua equipe. Com base no que preconiza o MCA 67-1, analise as afirmações abaixo, marcando verdadeiro (V) ou falso (F). A seguir, indique a alternativa com a sequência correta.

- () A umidade ideal para armazenar filmes virgens fica entre 50% e 70%.
 - () O filme virgem deve ser protegido de altas temperaturas (acima de 24°C).
 - () Baixas umidades relativas não são danosas ao filme quando da abertura dos containers.
 - () Todos os filmes aéreos devem ser armazenados em seus containers originais para evitar qualquer troca de umidade nos rolos.
- a) F – F – F – V
b) V – F – F – F
c) F – F – V – V
d) V – V – F – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A primeira assertiva é falsa. A umidade ideal para armazenar filmes virgens fica entre 40% e 50%.

A segunda assertiva é falsa. De acordo com o subitem 10.10.10, página 250, o filme virgem (não exposto) deve ser protegido de altas temperaturas (acima de 21°C).

A terceira assertiva é verdadeira. Baixas umidades relativas não são danosas ao filme, quando da abertura dos containers.

A quarta assertiva é verdadeira. Todos os filmes aéreos devem ser armazenados em seus containers originais, para evitar qualquer troca de umidade nos rolos.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual de Suprimento: **MCA 67-1**. Rio de Janeiro: DIRMAB, 9 de março 2007. 480p.

42) O 2º Ten QOEA ANV FELIZARDO, do 1º/13º GAv, tem a incumbência de elaborar a dotação de paraquedas, botes, coletes salva-vidas e conjuntos de sobrevivência para apoio à sua Unidade Aérea, que encontra-se subordinada à III FAE. Para que o referido Oficial planeje e execute essa tarefa com correção, deverão ser considerados os seguintes critérios, **exceto**:

- a) a dotação de todos os equipamentos SSS limitar-se-á às necessidades operacionais de cada Unidade.
- b) o 1º/13º GAv deverá enviar sua proposta de ajuste de dotação diretamente ao PAMA-LS, Parque Central do Projeto SSS.
- c) a dotação de equipamentos de uso coletivo (lanterna de sinalização, raquete de sinalização etc.) será diretamente proporcional ao número de elementos das equipes de pista.
- d) a quantidade de equipamentos de uso individual e/ou sujeitos a ajustes, dotada para cada Unidade, será definida em função do envolvimento de cada aeronavegante com a atividade aérea diária.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o subitem 11.3.1.2, página 276, as Unidades subordinadas às I, II, III e V FAE deverão enviar suas propostas de ajuste de dotação, através daqueles Órgãos, visando à padronização de equipamentos.

De acordo com o subitem 11.3.1.3, página 276, a quantidade de equipamentos de uso individual e/ou sujeitos a ajustes, dotada para cada Unidade, será definida em função do envolvimento de cada aeronavegante com a atividade aérea diária.

De acordo com o subitem 11.3.1.4, página 276, a dotação de equipamentos de uso coletivo (lanterna de sinalização, raquete de sinalização etc.) será diretamente proporcional ao número de elementos das equipes de pista.

De acordo com o subitem 11.3.1.5, página 276, a dotação de todos os equipamentos SSS limitar-se-á às necessidades operacionais de cada Unidade.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual de Suprimento: **MCA 67-1**. Rio de Janeiro: DIRMAB, 9 de março 2007. 480p.

- 43)** O PAMA-BP (Parque de Material Aeronáutico de Braz de Pina), após detectar a necessidade de sua Oficina de Eletrônica, adquiriu, via CABW, uma bancada de testes do sistema de inercial da Aeronave F-32, Part Number 240165-001, Serial Number 013. O equipamento em questão foi recebido naquela comissão em 01/02/2014 com o respectivo manual e toda a documentação pertinente. Devido a constantes problemas de transporte entre a CABW e o PAMA-BP, e ao grande volume e peso do material em questão, o mesmo foi embarcado no modal marítimo. A bancada chegou ao Brasil em 01/11/2014 e, após ter sido submetida aos trâmites de desembaraço alfandegário, foi entregue na Unidade requisitante em 15/12/2014. Os técnicos do setor de recebimento, prontamente, encaminharam o equipamento adquirido ao inspetor de eletrônica para que fosse feita a inspeção qualitativa do item, mas, devido ao período de recesso e férias, tal inspeção só foi concluída em 15/02/2015. O inspetor, após realizar diversos testes na bancada, percebeu que ela estava com problemas na bússola magnética, fato que impossibilitava o alinhamento do equipamento de inercial utilizado na Aeronave F-32. Diante desse cenário, e levando-se em consideração que o fabricante comprometeu-se com a Força Aérea a oferecer um período de garantia de 01 (um) ano, pode-se afirmar que após ter sido detectada a citada deficiência no equipamento
- a) a Organização requisitante deverá emitir RRD à CABW, informando no campo pertinente que o item encontra-se coberto por cláusula de garantia.
 - b) a CABW deverá emitir RRD diretamente ao fornecedor, informando no campo pertinente que o item encontra-se coberto por cláusula de garantia.
 - c) a Organização requisitante deverá emitir RRD ao fabricante, informando no campo pertinente que o item encontra-se coberto por cláusula de garantia.
 - d) o item em questão não se encontra coberto por cláusula de garantia.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Conforme tratado no enunciado da questão, a data de recebimento do item na CABW foi 01/02/2014. De acordo com o subitem 8.2.4, página 211, o prazo para reclamações é contado a partir da entrega dos itens aos Órgãos de aquisição no exterior. Como a deficiência do equipamento só foi percebida no dia 15/05/2015, ele não mais está coberto por cláusula de garantia.

De acordo com o subitem 8.2.5, página 211, a emissão do RRD é de competência exclusiva da Organização requisitante.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual de Suprimento: **MCA 67-1**. Rio de Janeiro: DIRMAB, 9 de março 2007. 480p.

- 44)** Devido à grande demanda existente no Projeto C-125 para trem de pouso principal, Part Number 25658-012I, o Chefe do Centro de Controle de Ordens de Serviço do PAMA-NT (Parque de Material Aeronáutico de Natal), em conjunto com a Chefia da Coordenadoria do referido Projeto, achou por bem enviar itens avariados estocados no Armazém de Reparáveis para Reparo na empresa AIR BIZU, localizada em Las Vegas – USA. Com o objetivo de atender todas as emergências em aberto, bem como aumentar a quantidade de itens no estoque do Armazém de Utilizáveis, decidiu-se enviar 06 (seis) trens de pouso principais para reparo na citada empresa. Seus números de série são: 010, 011, 012, 013, 014 e 015. De acordo com o que preconiza o MCA 67-1 quanto aos procedimentos de remessa desses itens ao exterior na área comercial, pode-se afirmar que
- a) deverá ser emitida no sistema informatizado de compra de material uma requisição de serviço para as 06 (seis) Unidades do item.
 - b) deverá ser emitida no sistema informatizado de compra de material uma requisição de serviço para cada Unidade a ser remetida.
 - c) a requisição deverá conter a letra “R” na terceira posição, para indicar que se trata de recolhimento de material ao exterior.
 - d) no caso de item em garantia, deverá ser informado na requisição o número do volume no qual o item foi recebido.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o subitem 15.2.3.1.1, página 342:

Deverá ser emitida uma requisição de serviço para cada Unidade a ser remetida, mesmo que seja do mesmo PN; Coloca-se a letra “R” na quarta posição, para indicar que se trata de recolhimento;

No caso de itens em garantia, deve-se informar o número do contrato (se houver) e número da requisição ou recuperação.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual de Suprimento: **MCA 67-1**. Rio de Janeiro: DIRMAB, 9 de março 2007. 480p.

45) De acordo com o preconiza o MCA 5-2 (Manual do Suprimento de Publicações do SISMA e do SISMAB), correlacione a primeira coluna com a segunda no que diz respeito às atribuições e responsabilidades e, em seguida, indique a opção com a sequência correta. (Um mesmo número poderá ser utilizado mais de uma vez, e outro poderá não ser usado.)

- | | |
|--------------------------------|---|
| (1) DIRMAB | () definir as diretrizes para a gestão de publicações. |
| (2) COMGAP | () estabelecer as normas de suprimento de publicações. |
| (3) CDCP DE PARQUE DE MATERIAL | () acompanhar a descentralização dos recursos financeiros necessários à aquisição e/ou atualização das publicações. |
| | () aprovar as Ordens Técnicas utilizadas pela FAB, conforme estabelecido na Portaria Ministerial 102/GM4, 22 Out. 1973. |
| | () planejar os recursos financeiros necessários para aquisição das publicações aplicáveis aos equipamentos incorporados ao acervo. |

a) 1 – 1 – 1 – 2 – 3

b) 1 – 3 – 1 – 2 – 2

c) 1 – 3 – 2 – 1 – 1

d) 2 – 1 – 1 – 2 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com o item 2.3, letras a, b e d, são atribuições da DIRMAB definir as diretrizes para a gestão de publicações, estabelecer as normas de suprimento de publicações e acompanhar a descentralização dos recursos financeiros necessários à aquisição e/ou atualização das publicações.

De acordo com o subitem 2.2, letra a, página 19, é atribuição do COMGAP aprovar as Ordens Técnicas utilizadas pela FAB, conforme estabelecido na Portaria Ministerial 102/GM4, 22 Out. 1973.

De acordo com o subitem 2.4.3.2, página 22, letra c, é atribuição do CDCP de Parque de Material planejar os recursos financeiros necessários para aquisição das publicações aplicáveis aos equipamentos incorporados ao acervo.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual do Suprimento de Publicações do SISMA e do SISMAB: **MCA 5-2**. Rio de Janeiro: DIRMAB, 13 de julho de 2009. 65p.

46) O 2º Ten QOESUP ARMANDO, pertencente ao efetivo da Base Aérea de Minas Gerais (BAMG), ao consultar uma publicação técnica emitida por um editor francês, percebeu uma incorreção básica no procedimento de inspeção de um equipamento da aeronave T-99 Gavião, cujo Central é o Parque de Material Aeronáutico de Belo Horizonte (PAMA-BH). No intuito de corrigir a deficiência, o militar solicitou ao Gerente de Publicações de seu Arquivo Setorial o formulário específico do fabricante comercial, à disposição no CDCP da BAMG, e relatou a incorreção utilizando-se do idioma universal, a língua inglesa. Após o preenchimento de todos os campos, o documento foi encaminhado ao CDCP da BAMG que, por sua vez, enviou-o ao CDCP do PAMA-BH, Órgão responsável pelo contato com o editor da publicação.

De acordo com a situação acima, assinale verdadeiro (V) ou falso (F). Em seguida, marque a sequência correta.

- () O Ten ARMANDO deveria ter relatado a incorreção no idioma original da publicação.
- () O formulário de deficiência não deveria tramitar pelo CDCP do PAMA-BH, pois o responsável pelo contato com o editor comercial é o CDCP da OM que identificou e relatou a incorreção.
- () Embora o fabricante dispusesse de um formulário próprio, o Ten ARMANDO deveria ter utilizado o Aviso de Deficiência em Publicação Técnica (ADTP), que é o documento padronizado pelo COMAER.
- () No papel de suprimetista, o único tipo de incorreção que o Ten ARMANDO pode relatar é o de tipografia. Os relatos de deficiências na execução de tarefas afetas à inspeção competem ao inspetor de manutenção do equipamento.

- a) V – F – F – F
- b) F – F – V – V
- c) V – F – F – V
- d) F – V – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A primeira afirmativa é verdadeira, pois o idioma utilizado para o relato de deficiências em publicações é o mesmo do editor do documento. (Subitem 6.2.2 do MCA 5-2/2009).

A segunda afirmativa é falsa, pois qualquer OM subordinada e/ou apoiada pela DIRMAB deve encaminhar os formulários de deficiência ao CDCP dos Parques Centrais, por meio do CDCP de cada OM. (Subitem 6.2.2 e item 9.1 do MCA 5-2/2009).

A terceira afirmativa é falsa, pois o ADTP somente deve ser utilizado se o editor comercial não disponibilizar formulário próprio para o relato de incorreções na publicação. (Subitem 6.2.2 do MCA 5-2/2009).

A quarta afirmativa é falsa, pois qualquer usuário da publicação pode relatar uma deficiência, seja ela de tipografia, inspeção, manutenção, calibração etc. (Subitem 6.2.2 do MCA 5-2/2009).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual do Suprimento de Publicações do SISMA e do SISMA-B: **MCA 5-2**. Rio de Janeiro: DECEA, 23 de junho de 2009.

47) O 2º Ten QOEASUP FORTUNATO do PAMA-XE (Parque de Material Aeronáutico de Xerem) foi designado para atuar como Fiscal do contrato 071/PAMA-XE/2015 entre a Força Aérea e a Empresa Avionic Center, localizada em Orlando – USA. O referido instrumento contempla serviços de manutenção programada e revisão geral nos motores do projeto F-32. Levando-se em consideração que o contrato foi firmado no exterior e será executado naquele país, é correto afirmar que

- a) o Fiscal será nomeado pelo Agente diretor do PAMA-XE, mediante indicação da CABW.
- b) o Fiscal será nomeado pelo Agente diretor da CABW, mediante indicação do PAMA-XE.
- c) a nomeação se dará na mesma data da assinatura do contrato.
- d) a nomeação será em data posterior à assinatura do contrato.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o subitem 1.4.7, página 16, no caso de contratos firmados e executados no exterior, o Fiscal será nomeado pelo Agente Diretor da Comissão Aeronáutica celebrante, mediante indicação da OM contemplada pelo objeto e responsável pelo seu recebimento definitivo, em data precedente à assinatura do instrumento contratual.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Atribuições do Fiscal de Contrato e das Comissões de Recebimento de Material e Serviços – COMREC: **ICA 65-8**. Rio de Janeiro: DIRMAB, 28 de maio de 2009. 57p.

- 48) De acordo com o MCA 67-6, Manual Básico de Suprimento Técnico do SISCEAB, os Órgãos regionais, dentre outras funções, são responsáveis por gerenciar as atividades de Suprimento Técnico dos Órgãos de nível local. Dentre as opções abaixo, indique aquela que **não** se refere a um Órgão regional
- a) 2º/1ºGCC.
 - b) 3º/1ºGCC.
 - c) 5º/1ºGCC.
 - d) GEIV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o item 2.1, página 13, o 5º/1ºGCC é um Órgão local; 2º/1ºGCC, 3º/1ºGCC e GEIV são Órgãos regionais.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual Básico de Suprimento Técnico do SISCEAB: **MCA 67-6**. Rio de Janeiro: DECEA, 18 de novembro de 2008. 30p.

- 49) São cláusulas necessárias em todo Contrato de Prestação de Serviço de natureza contínua, **exceto**:

- a) os casos de rescisão.
- b) o objeto e seus elementos característicos.
- c) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução.
- d) a relação nominal dos colaboradores da empresa contratada.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

As alternativas “A”, “B” e “C” não correspondem à exceção do enunciado, pois têm previsão legal, respectivamente, nos incisos VIII, I e VI, ambos do Art. 55 da Lei nº 8.666/93.

A alternativa “D” está correta, pois não está prevista na Lei nº 8.666/93.

Brasil. Lei n.º 8.666, de 21 jun. 1993. Licitações e Contratos Administrativos: consolidação determinada pelo Art. 3º da Lei n.º 8.883/94. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, de 06 jul. 1994. Índice alfabético-remissivo organizado por Cerdônio Quadros, Marcelo Rodrigues Palmieri e Centro de Estudos de Direito Administrativo da NDJ. 23. ed. São Paulo: NDJ, 2005.

- 50) De acordo com o disposto no Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER, quanto às transferências de materiais entre Unidades Gestoras, é correto afirmar que

- a) nas transferências de materiais oriundos do exterior, a UG favorecida confeccionará a NS de recebimento utilizando a taxa de câmbio da data corrente.
- b) os saldos das contas transitórias, decorrentes de transferências entre UG no país, deverão ser regularizados no prazo máximo de 30 dias, e em 60 dias para as transferências no exterior.
- c) os saldos das contas transitórias pendentes por prazo superior ao estipulado no MCA 172-3 serão, obrigatoriamente, objeto de justificativa circunstanciada do Gestor Responsável à SEFA.
- d) na ocorrência de recebimento físico de material, sem o correspondente lançamento de transferência no SIAFI, a UG de destino deverá solicitar à UG de origem o imediato registro contábil, por meio de mensagem COMUNICA coletiva à SEFA, SEREF e UG de origem.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A alternativa “D” está correta, porque é dever do Gestor de Material enviar mensagem COMUNICA coletiva à SEFA, SEREF e UG de origem, quando da ocorrência de recebimento físico de material na UG sem o correspondente registro contábil de transferência no SIAFI. (Subitem 7.2.8.1, página 12).

A alternativa “A” está incorreta, porque nos casos de transferências de materiais oriundos do exterior, a taxa de câmbio a ser utilizada na NS de recebimento é a mesma da NS de transferência. (Subitem 7.2.8.1, página 12).

A alternativa “B” está incorreta, porque os prazos máximos para regularização das transferências de materiais no país e no exterior são, respectivamente, 45 e 90 dias. (Subitem 7.2.8.1, página 11).

A alternativa “C” está incorreta, porque as transferências pendentes por prazo superior ao previsto no MCA 172-3 são objeto de justificativa do Gestor Responsável ao Agente de Controle Interno da UG. (Subitem 7.2.8.1, página 12).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Manual Digital de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica: **MCA 172-3**. 2007. Módulo 7. Disponível em: www.sefa.intraer. Acesso em: 07 ago. 2015.